

**Parecer nº 63/98**

Data: 1998.06.17

Processo nº 349

**Reclamante:** Rui António Rodrigues Figueiredo.

**Entidade reclamada:** Serviços do Provedor da Justiça.

1. Rui António Rodrigues Figueiredo veio reclamar perante a CADA de acto de indeferimento de pedido de acesso a documentos constantes de processo em curso nos serviços do Provedor de Justiça. Tendo remetido o pedido em 31.XII.1997 e insistido em momentos ulteriores (20 e 27.01.1998), alega o reclamante que se operou acto tácito susceptível de apreciação pela CADA.
2. O requerente pretende obter fotocópias da totalidade de um processo, que identifica pelo número, considerando violado o seu direito de acesso e invocando a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº.8/95, de 29 de Março, nos termos da qual “O acesso dos cidadãos aos documentos administrativos é assegurado pela Administração Pública de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade”(art.1º).
3. Os arquivos do Provedor de Justiça não estão isentos das regras de transparência aplicáveis à Administração Pública. Esta abrange todas as entidades com poderes de autoridade, ainda que dotadas de independência.

A preocupação do legislador quanto à visibilidade da actividade do Provedor foi ao ponto de fixar obrigações especiais de produção de relatórios de conteúdo público e de conferir ao seu titular consideráveis meios de livre expressão junto da opinião pública. Tudo isso, porém, sem prejuízo da submissão às regras gerais.

4. Sucede, porém, que a lei estabelece regimes de acesso distintos em função da natureza dos documentos. Quando os mesmos contenham dados pessoais , o

acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (art. 7º/2), mediante parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração, solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso (art. 8º). A lei autoriza ainda a comunicação dos documentos que contendo embora dados pessoais, possam ser expurgados desses dados sem os serviços terem de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação (nº 5 do art. 8º).

5. A lei veda ainda o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão, cujo conhecimento é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração (art. 7º/5). Também acautela o segredo de justiça e o segredo de Estado.
6. A aplicação de tais regras aos arquivos do Provedor de Justiça não acarreta acesso livre e indiscriminado e em qualquer momento ao conteúdo de processos. Quanto a certo tipo de dados, cujo conhecimento por terceiros é em regra vedado, o acesso só é excepcionalmente permitido e em apertadas condições.
7. No caso vertente, o requerente pretende acesso a todas as peças de um processo, sem destringa da sua natureza e sem alegar e provar, em relação às eventualmente protegidas em razão da tutela da privacidade alheia, qualquer interesse directo e pessoal e sem adiantar elementos sobre os prazos de protecção de processos.
8. A estratégia de não especificação pode conduzir a resultado escasso ou a custos desproporcionados em função do interesse das peças obtidas, designadamente por elevado número de páginas obliteradas, omitidas ou só em parte comunicáveis. Cabe em qualquer caso ao interessado suportar os custos da reprodução dos documentos que em tais condições possam ser facultados. Não sendo aplicável qualquer outro limite legal - o que tem de ser feito de forma expressa pela entidade reclamada - a regra que determina o acesso deve ser cumprida na medida possível.

Nestes termos, a CADA emite parecer favorável ao acesso do requerente aos documentos constantes de processo identificado nos autos que, nos termos da lei, não se encontrem protegidos.

Lisboa, 17 de Junho de 1998

*José Magalhães* (Relator) – *João Figueiredo* – *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)